

- XLIX -**IMPACTO DAS AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS NAS PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA****Alessandra Mendonça Leão**

Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-Go

alemleao1@gmail.com.br

O presente texto comunica a análise dos dados obtidos no projeto de pesquisa¹ acima citado que se concretiza em um capítulo publicado no livro: Políticas Educacionais Neoliberais e Escola Pública. Uma qualidade restrita de educação escolar.²

Para tanto, destaca-se a política educacional do Estado de Goiás, as finalidades e objetivos da escola e os critérios de qualidade de ensino como eixo norteador deste estudo em busca da compreensão da relação entre as avaliações de larga escala e ensino. Qual o impacto dessas avaliações na prática docente?

Detectar influências no trabalho dos professores e na aprendizagem dos alunos, de propostas educativas de organismos financeiros internacionais, por sua vez inscritas nas políticas educacionais do Estado de Goiás, foi o objetivo delineado. Configurado o estudo qualitativo alinou-se o trabalho. A pesquisa bibliográfica (2013) consistiu-se na seleção e estudo de documentos do Banco Mundial e da Secretaria Estadual de Educação, somados aos estudos e pesquisas já existentes sobre a atuação dos organismos financeiros internacionais no ensino brasileiro. Estudo complementado pela pesquisa de campo (2014 e 2015) que envolveu 12 pesquisadores, que apresentaram as observações e entrevistas em 17 escolas da rede pública estadual. Foram entrevistados 51 professores, o diretor e o coordenador pedagógico de cada escola, totalizando 34 gestores. Os dados foram armazenados no Software de Apoio à Análise Qualitativa (WEBQDA) da Universidade de Aveiro (Portugal)/Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores.

A pesquisa mostra que a Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte (SEDUCE-Go) segue a lógica das políticas nacionais: conceber a avaliação em larga escala como forma de regulamentação da qualidade do ensino, e inaugura em 2001 o Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás

¹ A pesquisa foi inspirada em estudos bastante consistentes (DE TOMMASI, WARDE E HADDAD, 1998; LEHER, 1998; FRIGOTTO E CIAVATTA, 2003; NEVES, 2005; SHIROMA, GARCIA e CAMPOS, 2011, FREITAS, 2011; EVANGELISTA e SHIROMA, 2007; EVANGELISTA, 2014; SILVA, 2014; FERNANDES, 2015) que vêm mostrando, pelo menos desde 1990, a subordinação das políticas educacionais brasileiras a orientações e estratégias educacionais elaboradas pelos organismos multilaterais, principalmente o Banco Mundial e a UNESCO.

² Referência: Libâneo, José Carlos e Freitas, Raquel Marra de Madeira. POLÍTICAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS E ESCOLA PÚBLICA. Uma qualidade restrita de educação escolar. Editora América, 2018.

(SAEGO), concretizado por meio da Avaliação Dirigida Amostral (ADA)³, cuja finalidade é verificar a existência de dificuldades de aprendizagem e classificá-las em níveis. A proposta é que o mapeamento resulte em um plano de ação docente, somado à promessa de bônus às escolas com melhores resultados, caracterizando-se como uma política de regulação⁴ da qualidade da educação.

Para tanto, registra-se que “O SAEGO é uma importante ferramenta de monitoramento das ações pedagógicas nas escolas, reunindo subsídios para intervenções e ajustes necessários, com foco na melhoria da qualidade da educação” (SEDUCE, 2017). Objetivando refletir como essas iniciativas se desdobram seguem algumas considerações e constatações.

Os depoimentos dos sujeitos pesquisados⁵ e os registros de suas aulas revelam as propostas pedagógicas, os conteúdos, as metodologias e a interação professor\aluno. As entrevistas estruturadas retratam a realidade dos profissionais, a situação da escola e os rumos dos processos de ensino e de aprendizagem.

Os dados evidenciam as orientações da SEDUCE direcionando um trabalho pedagógico que canalize para um preparatório do aluno para avaliações, na busca de resultados que apontem para a melhoria dos índices de proficiência em língua portuguesa. E revelam o distanciamento entre as avaliações e a qualidade do ensino, denunciando a constituição de uma política de formação para o mercado de trabalho, aligeirada e com foco no controle do trabalho docente.

No contexto nacional, políticas delineadas nas últimas décadas do século XX buscavam a sustentabilidade social pela manutenção do equilíbrio entre o pleno desenvolvimento econômico e a equidade social⁶, assegurada pela adequação das nações às exigências do mercado. (Leão, 2008). Nesse contexto, o ensino da língua apresenta-se como eixo estruturante da formação do trabalhador, à medida que se ampliam as possibilidades de utilização da linguagem e sua importância para o desenvolvimento e expansão do capital; e a avaliação torna-se meio para uma educação de qualidade.

Nesta perspectiva, a concepção de educação como meio de socialização dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade (FRIGOTTO, 2003), e da escola consolidada na formação cultural e científica dos estudantes; se reduz a um modelo funcional, tecnicista, aligeirado, para o mercado de trabalho.

³ Definição da Secretária de Educação: “A ADA é um sistema de avaliação interno e bimestral. Nós avaliamos o desempenho dos alunos e a equipe pedagógica elabora atividades de apoio e reforço para as falhas detectadas. Isso impede que as lacunas de aprendizagem impeçam o aluno de aprender coisa nova” (SEDUCE, 2017)

⁴ Para maior aprofundamento do delineamento das políticas de regulação na educação ver: MUNDIM, 2012.

⁵ Os pesquisados terão sua identidade resguardada, sendo identificados pelo código alfanumérico em que E significa escola pesquisada e P2 designa o professor de língua portuguesa da referida instituição.

⁶ A equidade é definida com base em dois princípios básicos. O primeiro é o princípio de oportunidades iguais, ou seja, as conquistas da vida de uma pessoa devem ser determinadas principalmente por seus talentos e esforços e não por circunstâncias predeterminadas, como etnia, gênero, história social ou familiar, ou ainda país de nascimento. O segundo princípio é o da prevenção de resultados, especialmente em saúde, educação e níveis de consumo (BANCO MUNDIAL, 2006).

Documentos do Banco Mundial justificam a implantação dessas ações e tem como foco a garantia de maior equidade e a educação torna-se um veículo de disseminação desse ideário. Concomitantemente “[...] tornou-se lugar comum, na última década, referir-se à centralidade da Educação Básica como condição necessária para o ingresso das populações no terceiro milênio, a partir do domínio dos códigos da modernidade” (OLIVEIRA, 2000, p. 104).

Entretanto, acredita-se que a qualidade de ensino se efetiva a partir da construção de um trabalho autônomo que passa pela atuação docente, todavia não se limita a ela. Portanto, são necessárias garantias das condições básicas para o trabalho docente, tais como: ambiente coletivo em prol das aprendizagens, respaldo material favorável, condições de trabalho, remuneração digna, propostas educacionais que valorizem a formação integral, concepção de professor e aluno como sujeitos do processo ensino-aprendizagem e não como indivíduos isolados e classificados por índices avaliativos.

Referências bibliográficas

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial. Equidade e desenvolvimento.** Washington, D.C.: BIRD/Banco Mundial, 2006.

FRIGOTTO, G. **Educação e a Crise do Capitalismo Real.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOIÁS. SEDUCE. **Educação registra os melhores índices de proficiência em Português e Matemática da história.** Goiânia, 19 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://site.seduc.go.gov.br/educacao/rede-estadual-registra-os-melhores-indices-de-proficiencia-em-portugues-e-matematica-da-historia/> Acesso em: 14 jan 2018.

LEÃO, A. M. **A concepção de professor no ciclo de formação:** um estudo baseado na proposta de Goiânia (Gestão 2001-2004). Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MUNDIM, M.A. P. **Políticas de regulação na educação: a organização da escola em ciclos em Goiânia (1998-2008).** Revista Práxis Educativa. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Educação. Ponta Grossa: Ed. UEPG, v. 7, n.1, p. 129-156, 2012.

OLIVEIRA, D. A. **Educação Básica. Gestão do trabalho e da pobreza.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.